

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES
Concorrência para Registro de Preços Nº 006/2021

Ilmo. Pregoeiro Sr. Lucas Azevedo Passos

PD CASE INFORMÁTICA LTDA. (“PD CASE” ou “Recorrente”), já devidamente qualificada nos autos da licitação em epígrafe, vem, respeitosamente, perante V.S^a, nos termos do item 10 e subitens do Edital, bem como do art. 109 da Lei 8.666/1993 interpor, tempestivamente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que declarou a empresa VIXTEAM Consultoria e Sistemas LTDA (“VIXTEAM” ou “Recorrida”) como vencedora do LOTE 01 da concorrência para Registro de Preços nº 006/2021, nos termos e fundamentos que se seguem.

I. DA TEMPESTIVIDADE.

Conforme estabelece o item 10 do Edital, os atos administrativos praticados no processo licitatório estarão sujeitos à interposição de recurso, nos termos do Art. 109 da Lei n.º 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Tendo em vista que a publicação do Julgamento da Proposta Comercial se deu em 15/08/2022, o prazo para razões se iniciou em 16/08/2022, sendo o prazo final dia 22/08/2022.¹

Logo, tempestivo é o presente recurso.

II. DA SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de licitação pública havida sob a modalidade concorrência para registro de preços, cujo objeto é *“Registro de Preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para manutenção e prestação de serviços técnicos de informática para fábrica de software em desenvolvimento e manutenção de sistemas (outsourcing) e fábrica de métricas para a medição de sistema.”*

No dia 03/08/2022, foram abertas as propostas comerciais e planilha de custos, a qual era de apresentação OBRIGATÓRIA e subsidiaria a exequibilidade das propostas. E a partir da abertura, teve-se o seguinte quadro resumo para o LOTE 01:

¹ <https://portaldecompras.vitoria.es.gov.br/editais/19226.html>

Licitante	Valor Total (R\$) (página 05)	Valor por Ponto de Função da Proposta	Valor por Ponto de Função da Planilha de Custos
SIGMA	5.180.000,00	740,00 (pg. 38)	Não apresentada conforme ANEXO VIII – (pg. 26 a 35)
VIXTEAM	5.250.000,00	750,00 (pg. 16)	591,10 (pg. 17)
PDCASE	5.252.800,00	750,40 (pg. 21)	750,40 (pg. 24)
BASIS	5.460.000,00	780,00 (pg. 51)	780,00 (pg. 55 a 64)

* os valores acima foram extraídos da ata de comissão da sessão de abertura dos envelopes de proposta de preço de 03/08/2022.

No dia 10 de agosto de 2022, a Comissão permanente se reuniu em sessão reservada, analisou os aspectos formais das propostas comerciais apresentadas, bem como sua exequibilidade, com vistas à verificação do preenchimento das exigências editalícias e constatou o pleno atendimento das referidas exigências, salvo melhor juízo, de maneira equivocada, conforme será demonstrado em seguida.

Em ato contínuo, com fulcro no item 20 foi apurada a NC, Nota Comercial e posteriormente com base no item 21 do edital a Nota Final (NF), conforme anexo I, da supracitada ata, ficando assim:

Licitantes	NF
SIGMA	95,75
VIXTEAM	99,60
PDCASE	99,58
BASIS	85,73

Diante da aferição das notas acima, fora equivocadamente declarada vencedora do LOTE 01, a empresa VIXTEAM.

Contudo, entende-se que a classificação da proposta comercial da Recorrida, se deu de forma equivocada, razão pela qual não se pode compactuar com a sua classificação na presente disputa, conforme passa-se a expor e ao final requer.

III. DO EQUIVOCO NA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA RECORRIDA

Sabe-se que o objetivo final de um procedimento licitatório é a busca da proposta mais vantajosa para a administração. E numa concorrência do tipo técnica x preço, tal proposta mais vantajosa não necessariamente está atrelada ao melhor preço, como se pode ver até pela disputa em tela.

Nesta disputa, foram distribuídos os pesos em 70% para a técnica e 30% para o preço.

Vale dizer: a Administração tem discricionariedade para definir as regras do certame antes do seu início; **a discricionariedade Administrativa, em matéria de licitações, ESGOTA-SE COM A ELABORAÇÃO DO EDITAL, no qual deverão estar consignadas “TAXATIVAMENTE” todas as regras e parâmetros de avaliação a serem utilizados no certame.**

Esta assertiva é confirmada por diversos dispositivos da Lei 8.666/93, que denotam uma preocupação especial do legislador em reafirmar o princípio do julgamento objetivo:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, **DO JULGAMENTO OBJETIVO** e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (...).

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada.** (...)

Art. 44. **No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital** ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º **É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.** (...)

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e **DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS**, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

De acordo com o item 16.I do edital, não pode o licitante em sua proposta comercial **entrelinhas** as quais comprometem o julgamento objetivo da proposta, tanto pela comissão de licitação quanto pelos demais licitantes:

“a proposta comercial deverá ser entregue, preferencialmente, digitada, perfeitamente legível, sem rasuras, emendas **OU ENTRELINHAS**, em via original, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, devendo constar na mesma:

[...]

b) prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

[...]” (grifos nosso)

E, além da proposta comercial, é de caráter obrigatório, a apresentação da planilha de custos com o valor unitário por ponto de função, a qual demonstra a exequibilidade da proposta e permitirá a aceitabilidade ou não da proposta, conforme estabelece o item 16.III do edital, *in verbis*:

“DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE do valor unitário por Ponto por Função com base na Planilha de Composição de Preços, na forma dos modelos ANEXOS, a qual é de preenchimento obrigatório e deverá acompanhar a proposta de preço. No preenchimento da Planilha de Composição de Preços deverão ser informados os valores referentes a cada categoria profissional (perfil) indicado na Tabela de Requisitos de Qualificação Profissional.

a) A Planilha, ALÉM de subsidiar o julgamento quanto à aceitabilidade da proposta, será utilizada para demonstrar possíveis variações de custos no curso da execução contratual, quando de eventuais repactuações ou reequilíbrios de preços, sendo de exclusiva responsabilidade de a licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.” (grifos nosso)

Todos esses pontos convergem para que a proposta e a planilha de custos demonstrem a exequibilidade da proposta de forma inequívoca quanto ao valor unitário do ponto de função ofertado.

E, diferentemente de uma licitação na modalidade pregão, onde é possível a redução da proposta após eventual ajuste, na concorrência técnica x preço, tal redução ou ajustes, que ultrapassem um mero equívoco aritmético na confecção da proposta/planilha, violam frontalmente a IGUALDADE ENTRE OS PARTICIPANTES E O JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS, já que a partir dos números ali postos é que serão calculados as Notas Finais e definirão os rumos da concorrência.

Se não fosse assim, o próprio edital não traria item de forma explícita, conforme se vê no item 16.3 do edital, *ipsis litteris*:

“16.3. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, SEM ALTERNATIVAS DE PREÇOS OU QUALQUER OUTRA CONDIÇÃO QUE INDUZA O JULGAMENTO A TER MAIS DE UM RESULTADO.” (grifo e destaque nosso)

Nobre Julgador, se o edital trouxe de forma clara e cristalina os critérios a serem seguidos por todos os licitantes em homenagem ao princípio da IGUALDADE e do JULGAMENTO OBJETIVO, não pode agora determinado licitante se valer de sua torpeza para alegar que independentemente do valor que será adotado, ou o da PROPOSTA COMERCIAL ou o da PLANILHA DE CUSTOS, ambos são as melhores propostas, pois isso vai de encontro ao item 16.3 supra, qual seja: ALTERNATIVA DE PREÇOS, e assim tal alternativa maculam e comprometem a própria classificação da proposta comercial da recorrida.

Note ainda, que todos os demais licitantes da referida concorrência, apresentaram planilha de custos, ainda que essa fosse diferente do anexo VIII – modelo do edital, mas que é possível, facilmente chegar ao valor unitário oferecido das suas respectivas proposta, sem interpretação DÚBIA, como é o caso da recorrida.

Afinal, a VIXTEAM, quis propor o valor de R\$ 750,00 por PF, conforme traz em sua proposta comercial OU R\$ 591,10 por PF, conforme traz a sua planilha de custos ?

Extraído da Proposta Comercial			Extraído da Planilha de Custos	
Especificação	Qtde PF Total	Preço Unitário		
Valor do Ponto de Função Desenvolvimento (.NET e C#)	7.000	R\$ 750,00	Custo Serviços Anual	R\$ 1.802.161,66
			Tributos	R\$ 266.693,85
			Custo Total Anual	R\$ 2.068.855,51
			Quantidade de PF Anual	3.500
			Custo Por Ponto de Função	R\$ 591,10

Não bastante, sua proposta foi firmada com validade inferior à validade exigida no edital, mas entende-se que isso fora superado quando da revalidação da validade da proposta, requisitada pela administração antes da sessão de abertura da proposta comercial.

Nobre Julgador, a ALTERNATIVA de PREÇOS trazida na proposta comercial e na planilha de custos da Recorrida, torna a referida proposta comercial, assim como a planilha de custos imprestáveis para continuidade da Recorrida na presente disputa, uma vez que tal erro é substancial e assim torna-se impossível saber qual valor deverá ser considerado para fins do NPP (Nota de Preço) e consequentemente a NF (Nota Final).

Ora, se não é possível saber se deveria ser corrigida a proposta comercial à luz da planilha de custos ou se seria corrigida a planilha de custos à luz da proposta comercial, deixando assim tanto a proposta quanto a planilha de custos de serem firmes e precisas, nos termos dos itens 16.3, 20.4.1 e 20.4.2 do edital, não há como se chegar na NPP (Nota da Proposta Comercial) e consequentemente na NF (Nota Final), impossibilitando o seu JULGAMENTO OBJETIVO.

E, o edital não deixa margem para interpretação neste sentido:

“20.4. Será desclassificada a proposta que:

20.4.1. Estiver em **desacordo com qualquer** das exigências estabelecidas neste Edital;

20.4.2. **Contiver vícios** ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades **ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**”

Assim, Nobre Comissão, consubstanciado pela VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO e o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, cabe à administração pela desclassificação da proposta comercial da Recorrida, conforme estabelece o art. 48, I, Lei 8666/93 combinado com a afronta aos itens 16, I, 16.III, 16.3., 20.4.1 e 20.4.2 do edital.

Ainda que esse não seja o entendimento de Vossa Senhoria, o que se admite unicamente por amor ao debate, não se pode permitir tamanho vilipêndio ao erário público.

Assim, se a Recorrida demonstra em sua planilha de custos que consegue executar o objeto em questão pelo valor de R\$ 591,10 (quinhentos e noventa e um reais e dez centavos) por ponto de função, em eventual e remota manutenção da classificação da sua proposta comercial, deve a Recorrida reduzir o valor de sua proposta comercial e chegar ao valor informado em sua Planilha de Custos, ou seja, R\$ 591,10 por PF, o que representaria um valor global de R\$ 4.137.700,00 para os 24 meses de contratos, resultando em real vantagem ao erário e ao interesse público.

IV. DO PEDIDO

Por todo o exposto, Requer, Respeitosamente, reconsideração da decisão dessa Douta Comissão, a fim de que **desclassifique a proposta comercial da empresa Recorrida, nos termos dos itens 16 e 20 do edital**, e proceda com novo julgamento das propostas remanescentes (NPP e NF), e assim proceda a continuidade da presente disputa.

Mas, caso o entendimento de Vossa Senhoria seja pela manutenção da classificação da proposta comercial da Recorrida, o que eventualmente pode ser objeto de apreciação tanto dos órgãos de controle quanto do judiciário, **subsidiariamente**, pugna-se, à luz do princípio da Moralidade, Economicidade e Interesse Público, pela redução da proposta comercial da Recorrida para o valor de R\$ 591,10 por PF e Valor Global para 24 meses de R\$ 4.137.700,00, **gerando uma economia para o erário na ordem de R\$ 1.112.300,00 (hum milhão, cento e doze mil e trezentos reais)**, já que esses foram os valores demonstrados pela Recorrida como Exequíveis para ulterior contratação.

Termos em que,

Pugna-se Total Deferimento.

Mathias Lobato/MG, 19 de Agosto de 2022.

JOBERT MAGALHAES
DIAS:01086889681

Assinado de forma digital por
JOBERT MAGALHAES
DIAS:01086889681
Dados: 2022.08.21 08:53:35 -03'00'

PD CASE INFORMÁTICA LTDA